

CEDENPA É QUILOMBO: reflexões sobre organização política e ancestralidade negra em Belém-Pará¹

Ivonete Pinheiro²

RESUMO

Com quarenta e dois anos de existência o Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) é a entidade institucionalizada de articulação negra mais antiga da região norte e da Amazônia brasileira. O CEDENPA se autointitula uma entidade negra, inter-religiosa, sem fins lucrativos e sem vínculos políticos partidários (CEDENPA, 1997). Ao longo de sua existência o CEDENPA tem se dedicado ao enfrentamento do racismo atuando em várias frentes, espaços e com diversas articulações com instituições, pessoas e outros movimentos de dentro e de fora da região. Neste texto, busco mostrar como se constrói o Quilombo da República, um dos locais de atuação do CEDENPA, e como a militância negra do CEDENPA se utiliza da noção de “quilombo” em diversos sentidos e contextos, mas sempre relacionado às questões de ancestralidade e organização política negra. As reflexões aqui propostas são resultado das minhas primeiras investidas no CEDENPA como campo de pesquisa do meu projeto de doutorado em Antropologia. Nessas primeiras inserções pude observar que a ocupação do espaço na Praça da República para a criação de um quilombo é um ato reivindicatório de território. Ao mesmo tempo um grito reivindicatório de existência e contribuição negra para formação social de Belém, uma vez que os processos de construção do imaginário amazônida tendem a invisibilizar as contribuições negras para sua formação social em detrimento de uma formação social exclusivamente branca, migratória e indígena.

Palavras chave: Movimento negro; Amazônia, CEDENPA

¹ “Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022

² Doutoranda em Antropologia Social em PPGAS-UFSCar, SP, Brasil

Introdução

Com quarenta e dois anos de existência o Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) lutou por e em diferentes territórios, sendo, na maioria das vezes, o primeiro a reivindicar a presença negra nesses locais através de ações antirracistas diretas como, por exemplo, é o caso da criação do Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM) na Universidade Federal do Pará (UFPA) e a fundação do Quilombo da República, localizado na praça da República, área central de Belém.

Neste texto me proponho pensar como o CEDENPA modifica, elabora e ressignifica a Praça da República através da criação de um “quilombo”, o Quilombo da República, em um território que outrora serviu como cemitério destinado a corpos de pessoas escravizadas e outras que pertenciam a classe social baixa, mas que depois foi convertido em espaço de lazer para uma pequena parcela da população.

No decorrer do texto mostro que o CEDENPA não nega o conceito institucionalizado de quilombo, pelo contrário, foi um de seus principais impulsionadores antes e durante o processo de amadurecimento de quilombo como conceito e como direito a ser incluído na Constituição de 1988, tal como aconteceu. Depois disso, o CEDENPA tem sido até hoje um dos principais protagonistas pela efetivação do direito territorial assegurado constitucionalmente às populações remanescentes de quilombo no Pará (CEDENPA, 2010).

Para além do quilombo como um direito constitucional, neste texto argumento que CEDENPA tem se empenhado na ressignificação e reelaboração do conceito de quilombo não de um modo a deixar de lado as questões territoriais, mas trazendo-a para outros campos do debate político e atribuindo outros significados. A noção de quilombo não nasceu para a constituição brasileira de 1988, ela é tão antiga quanto a chegada

africana nesta diáspora, e a sua perpetuação é parte da criação de tecnologias de resistência mantidas hoje principalmente pela retórica da ancestralidade, que faz do quilombo um conceito que atravessa a própria história de construção do que é ser negro na diáspora brasileira.

A palavra quilombo aparece pela primeira vez de forma escrita em 1559 diante do recrudescimento da população africana que se voltava contra a dominação portuguesa. Quilombo foi definido em documentos que se reportavam ao rei de Portugal como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco” (NASCIMENTO, p.43, 1985), tal definição colonial evidentemente desconsiderou toda complexidade de uma instituição que tem suas raízes em Angola e que naquele momento começava a (re)criar-se do outro lado do atlântico.

O Ingá Quilombo da República

O Quilombo da República é um espaço localizado na Praça da República, área central de Belém, onde nos fins de semana são desenvolvidas atividades culturais como música, dança, gastronomia e empreendedorismo negro, por exemplo. Maria Malcher, geógrafa e militante do CEDENPA, me conta que “a ocupação de áreas periféricas, onde ainda se concentra a maior parte da população negra é importante, mas a ocupação de áreas centrais da cidade, como é o caso do Quilombo da República, também é fundamental para servir como um grito de que estamos aqui e esta cidade também é nossa [...] e porque antes de ser praça lá era um cemitério de escravos”.

A ocupação do espaço e a criação do Quilombo da República é um ato reivindicatório de território e ao mesmo tempo um grito reivindicatório de existência da presença e contribuição negra para formação social de Belém, uma vez que os processos de construção do imaginário amazônida tendem a invisibilizar as contribuições negras

para sua formação social em detrimento de uma formação social exclusivamente branca, migratória e indígena.

A luta do CEDENPA pela ocupação da Praça da República, compreendendo a cidade de Belém, especialmente as áreas centrais, como um território historicamente negado ao povo negro, a escolha da Praça da República para construção de um quilombo é também a ocupação de um território discursivo, visual, artístico e gastronômico, pois pretos que dançam, tocam, vendem, comem, discursam e reivindicam, em um dos principais locais de lazer do centro da cidade haverão de produzir algum efeito social em uma paisagem habitualmente embranquecida.

Mas a construção conflituosa da territorialidade negra pelo CEDENPA na praça não é exclusiva desse contexto, a territorialidade negra de modo geral desde seu início foi engendrada pelas e nas situações de conflito. E é por isso que, de acordo com Leite (2008, p.968), a territorialidade negra não pode ser pensada como uma realidade passada, mas sempre considerando seus múltiplos significados dentro de uma dimensão simbólica na qual os negros se organizaram como coletividade regional e nacional que produz articulações de grande complexidade que se desenrolam desde um processo relacional, multacentrado e altamente dinâmico.

Compreender o que é quilombo faz-se fundamental para entender com base em que o CEDENPA nasce e sustenta sua existência, sabendo que o ele inventa quilombo de acordo com suas necessidades de organização coletiva. Mas o quilombo também inventa o CEDENPA, não só por ser a primeira forma de organização negra conhecida, matriz de existência das que vieram depois, mas, principalmente, por ser mutável e agregar em seu próprio significado a retórica da ancestralidade que agora garante sua perpetuação.

A criação de um quilombo na praça da república

O espaço localizado no que hoje é a parte central da capital paraense já abrigou um armazém de pólvora e um cemitério onde eram enterrados pobres e escravos. Entre os séculos XVIII e XIX o local recebeu os nomes de Largo da Pólvora e praça Dom Pedro II e só passou a se chamar Praça da República no final do século XIX, em homenagem à troca de regime político da monarquia para a república. Desde aí, de acordo com Soares (2009), houve esforços efetivos dos intendentos, especialmente Antônio Lemos (1897-1912), que foram fundamentais para a reorganização urbana e a remodelação da paisagem de Belém, que deveria estar “compatível com a importância que vinha adquirindo no cenário nacional, devido ao comércio da borracha” (p.47). Era necessário construir e delimitar espaços públicos que atendessem as necessidades de lazer de uma pequena parcela da população, e é por isso que Lemos ainda hoje é lembrado como aquele que “transformou [Belém], em parte, num reflexo das mais desenvolvidas cidades europeias, inclusive nos seus hábitos e costumes” (p.45).

Hoje a praça abriga o Teatro da Paz, inaugurado em 1878, e instalações mais recentes como o Bar do Parque, o Teatro Experimental Waldemar Henrique e o Núcleo de Artes da Universidade Federal do Pará. É importante pensar sobre os processos históricos que construíram a praça da República que resultaram no seu formato atual, mas este não é o foco central desta reflexão, aqui estou mais interessada em pensar: por que o CEDENPA escolheu essa paisagem-território para criar um quilombo?

Para além de quilombo como um direito constitucional, minhas inserções no campo de pesquisa indicaram que o CEDENPA tem se empenhado na ressignificação e reelaboração do conceito de quilombo, não de um modo a deixar de lado as questões territoriais, mas trazendo-o para outros campos do debate político e atribuindo outros

significados que circulam e se constroem de acordo com as especificidades de quem o utiliza, como e de que lugar, tendo em vista que a noção de quilombo não nasceu para a constituição brasileira de 1988, ela é tão antiga quanto a chegada africana nesta diáspora, e a sua perpetuação é parte da criação de tecnologias de resistência mantidas hoje principalmente pela retórica da ancestralidade, que faz do quilombo um conceito que atravessa a própria história de construção do que é ser negro na diáspora brasileira.

Apesar de saber que quilombo não é só **luta por território**, é preciso salientar que, de certa forma, a noção de quilombo está sempre atrelada à construção e ocupação de territórios, mesmo que estes nem sempre remetam a sua forma física. É preciso dizer que dentre as coisas que o quilombo faz, uma delas é justamente a própria flexibilização do entendimento de “território” para que ele possa acompanhar os processos de ressemantização do termo “quilombo” como resultado de um longo processo de luta que traduz os princípios de liberdade e cidadania negados aos afrodescendentes.

Considerações finais

Este texto representa o começo de um esforço em direção ao meu problema de pesquisa que é pensar como o CEDENPA tem se articulado como movimento negro na Amazônia e como tem se colocado na elaboração das noções do que é ser negro na Amazônia e em defesa de uma negritude marcada pela territorialidade. Pensando nisso busquei pensar um dos principais lugares de atuação da entidade, o Quilombo da República, como parte de sua experiência política no (e por) território, não apenas com olhar métrico, mas sobretudo, com a abertura ao que o CEDENPA está nos dizendo com criação do Quilombo da República. Por que ocupar aquele território? Meu intuito é pensar como o CEDENPA produz e é produzido pelo território, haja vista que parto da compreensão da terra não apenas como um substrato natural e geopolítico onde a vida se

passa e a luta se faz, mas principalmente como produtora de cosmopolíticas e socialidades diversas (OTERO e LEWANDOWSKI, 2019).

Não pretendo desconsiderar a demarcação de terras como luta política e nem poderia, uma vez que o CEDENPA está profundamente envolvido com a demarcação de terras quilombolas no Pará (CANALI, 2018). Aqui me interessa pensar como a ocupação do CEDENPA na praça da república se descola do traçado imposto pela ordem estatal que vigora sob a lógica da propriedade ou da posse (OTERO e LEWANDOWSKI, 2019). Existe alguma coisa que o CEDENPA produz naquele território e aquele território também produz no CEDENPA que ultrapassa a sobrecodificação externa e se constitui como multiplicidade (Lewandowski, 2019), superposição (Nunes, 2019) de lugares de agenciamento. Afinal, o que é a praça da república enquanto território e o que significa a criação de um quilombo nela?

Referências

CANALI, H. Com 53 áreas tituladas, Pará é o Estado que mais reconhece comunidades quilombolas. Secretária de Planejamento do Estado do Pará. Belém, 2018.

CEDENPA, Plantando Axé: religiões afro-brasileiras e Movimento Negro, Belém, 1997.

CEDENPA, uma breve história dos 30, Belém, 2010.

Ilha – Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 103-138, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. 2008. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra (1985). In: RATTS, A. Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de ida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial, 2006.

NAVEGANTES, Aline de Sousa. 2019. O CEDENPA e a luta pela implantação das políticas de cotas étnico-raciais na Universidade Federal do Pará (UFPA). Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília.

NUNES, Eduardo. Território e participação: Lévy-Bruhl no país dos Karajá.

OTERO, Júlia; LEWANDOWSKI, Andressa. 2019. “Cosmopolíticas da terra contra os limites da territorialização”. *Ilha*. v. 21, p. 6-20.

SOARES, Elizabeth Nelo. 2009. *Largos, coretos e praças de Belém – PA*. Brasília, DF: Iphan/ Programa Monumenta.